

A CONSTRUÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL: INSTITUIÇÃO ESTRATÉGICA E DISPUTAS DE PODER NA DITADURA CIVIL-MILITAR

Marcelo Gonçalves Marcelino¹
João Batista da Silva Nascimento²

Resumo: Os antecedentes históricos da construção da maior hidrelétrica do mundo, desde a década de 1970, e somente superada recentemente pela usina de Três Gargantas na China, em termos da sua operacionalidade na produção de energia elétrica, está repleta de fatos políticos e econômicos marcantes da história contemporânea brasileira. O artigo procura apresentar as principais questões que antecederam o próprio início da edificação da mega construção na tríplice fronteira do Cone Sul entre Brasil, Paraguai e Argentina. Trazer os documentos do Tratado de Itaipu com relação à aliança binacional entre Brasil e Paraguai, no contexto da ditadura civil-militar em termos econômicos e políticos, é fundamental para compreendermos os aspectos que envolvem as disputas de poder no Brasil e com relação às questões geopolíticas e estratégicas em torno desses países e diante da ordem global. Uma consideração final importante remete à fase de construção da usina, que atravessa a década de 1970 com inúmeros indícios de corrupção, com favorecimento as empresas privilegiadas, conspirações e assassinato envolvidos nesse contexto sócio-histórico, em que o primeiro presidente da Itaipu Binacional, pertencente aos círculos militares, comandava esse processo de muita turbulência política.

Palavras-chave: Itaipu, ditadura civil-militar, poder econômico e político.

THE CONSTRUCTION OF BINATIONAL ITAIPU: STRATEGIC INSTITUTION AND POWER DISPUTES IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Abstract: Historical antecedents of the construction of the largest hydroelectric plant in the world since the 1970s, only recently surpassed by the Three Gorges plant in China, in terms of operability in the production of electrical energy, is full of notable political and economic facts in contemporary Brazilian history. The paper seeks to present the main issues that preceded the beginning of building the mega construction on the triple border of southern cone among Brazil, Paraguay, and Argentina. Bringing the documents of the Treaty of Itaipu regarding the binational alliance between Brazil and Paraguay, in the context of the civil-military dictatorship in economic and political terms, is fundamental to understand the aspects involving power disputes in Brazil and in relation to geopolitical and strategic issues around these countries, and before the global order as well. A final important consideration refers to the construction phase of the plant that goes through the 1970s with numerous signs of corruption,

¹Bacharel em Ciências Econômicas, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFPR, licenciado em Matemática pela UTFPR, especialista em Sociologia Política, mestre e doutor em Sociologia pela UFPR. Email de contato: mymarcelino10@yahoo.com.

²Bacharel em Secretariado executivo trilingue pela Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – PE; licenciado em Letras Português Espanhol pela UNICEB COC – Ribeirão Preto – Polo Curitiba; licenciado em Letras Inglês pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto – Polo Curitiba; especialista em Coordenação Pedagógica pelo setor de Educação da UFPR, Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail de contato: joabatistarfb@gmail.com.

favoring privileged companies, conspiracies and murder involved in this socio-historical context, in which the first president of Binational Itaipu, belonging to military circles, commanded this process of great political turmoil.

Keywords: Itaipu, civil-military dictatorship, economic and political power.

Introdução

Este artigo foi inspirado no trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais, do ano de 2016 do pesquisador Marcelo Gonçalves Marcelino e foi adaptado para o formato de artigo com a contribuição do pesquisador João Batista da Silva Nascimento. Na sequência do texto o leitor poderá observar que parte importante da discussão central na proposta desse artigo passa necessariamente pelas incursões da sociologia histórica e da sociologia política. A Itaipu foi pensada e planejada num contexto mais amplo das disputas geopolíticas no discurso da denominada “Guerra Fria” e do regime político da ditadura civil-militar como veremos a seguir.

A partir do controle burocrático-militar no contexto de ampliação das disputas da Guerra Fria, o planejamento estratégico passou a tomar a direção de um discurso em favor da defesa, isto é, em nome da segurança nacional, em que os fatores geopolíticos estratégicos passariam a vigorar como cruciais para o futuro da nação, enquanto fator relevante no contexto geopolítico regional.

O continente sul-americano, em particular o chamado *Cone Sul*, onde Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil estão inseridos, já experimentava um período turbulento de ingerências externas, principalmente capitaneadas pelos Estados Unidos. A partir da tomada de poderes pelos militares no Brasil, o projeto geopolítico abarcava diversos acordos bilaterais e multilaterais entre as nações vizinhas, no sentido de responder sinergicamente, por um lado, às insurgências *subversivas* patrocinadas pela ideologia vinculada à ex-União Soviética (stalinismo); e por outro, a uma demanda de interesses nacionais, mesmo diante da observância e com a anuência do império do norte, na direção do alargamento das suas bases de infraestrutura econômica. Tal infraestrutura foi fundamental para o crescimento e desenvolvimento da nação brasileira aos moldes de como pensavam as elites cosmopolitas da época. Claro que grande parte do crescimento econômico seria dirigida às classes dominantes, assim como os frutos do progresso do desenvolvimento das forças produtivas sob a batuta dos militares.

Dessa forma, o setor energético foi implementado como uma necessidade urgente para viabilizar os projetos de expansão da infraestrutura produtiva brasileira. O governo militar

entendia que um projeto de grande monta poderia abrigar os interesses do Brasil e do Paraguai, no sentido da viabilidade do fornecimento de energia elétrica para os dois países, e ao mesmo tempo, serviria para demarcar fronteiras estratégicas e esvaziar as disputas fronteiriças na Bacia do Prata, que se acirraram entre os dois países em 1966. Ainda serviria para impulsionar, na prática, a ideologia propagada da chamada *Doutrina de Segurança Nacional*, que procurava justificar essa política através de obras públicas e projetos de desenvolvimento econômico, que nem sempre expressavam melhorias sociais que justificassem tal empreendimento.

Dessas disputas e da própria conjuntura do período, surgiu um entendimento para construir a hidrelétrica de Itaipu na Bacia do Prata, mais precisamente no rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai. Então, aos vinte e dois de junho de 1966, o Ministro de Estado das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Embaixador Juracy Magalhães; e o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Raúl Sapena Pastor, assinaram uma Ata Final e trocaram Memorandos. (OLIVEIRA, 2012).

Apesar de um terceiro ator importante, a Argentina, ter inúmeras vezes tentado inviabilizar tal empreendimento desde o início das negociações, o acordo entre Brasil e Paraguai para a construção da Usina binacional foi sancionado. Esse desconforto ou desconfiança do lado argentino arrastou as discussões até o ano de 1979, quando um acordo tripartite entre os três países foi finalmente celebrado. (OLIVEIRA, 2012).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I), articulado e posto em prática na transição para o governo do presidente Médici, contribuiu com o processo de construção ou retomada das bases do desenvolvimentismo da década de 1950. Isso possibilitou o avanço das negociações em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que culminou na assinatura do Tratado de Itaipu em 26 de abril de 1973, instrumento legal que garantia o aproveitamento hidráulico do potencial do rio Paraná (BRASIL-PARAGUAY, 1973).

A necessidade de fôlego na direção da viabilização de projetos públicos como forma de continuar o crescimento econômico dos primeiros anos da década de 1970 (período do *milagre econômico*), também do desenvolvimento da infraestrutura necessária em um novo estágio de industrialização, além dos problemas causados pelo primeiro choque do petróleo mundial promovido pelo cartel da Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP) impulsionaram a busca pelo aumento da intensidade dos investimentos públicos, em especial projetos que envolvessem a energia nuclear, hidrelétrica e de combustível, como o caso da viabilização do Programa Pró-ácool, a partir de 1973 (BRASIL-PARAGUAY, 1973).

Essa fase desenvolvimentista burocrático-militar chegou ao ápice no PND II do presidente Geisel, em que os empréstimos internacionais aumentaram de forma avassaladora para dar conta de duas usinas atômicas (Angra I e II) e uma obra faraônica, como a usina hidrelétrica de Itaipu.

A Itaipu consagrou a fase desenvolvimentista da ditadura. Na primeira fase foi assinado o tratado de Itaipu, em 1973; e outra no início do governo Geisel, quando a Itaipu foi criada, em maio de 1974, como empresa binacional, tanto para construir quanto gerenciar a usina.

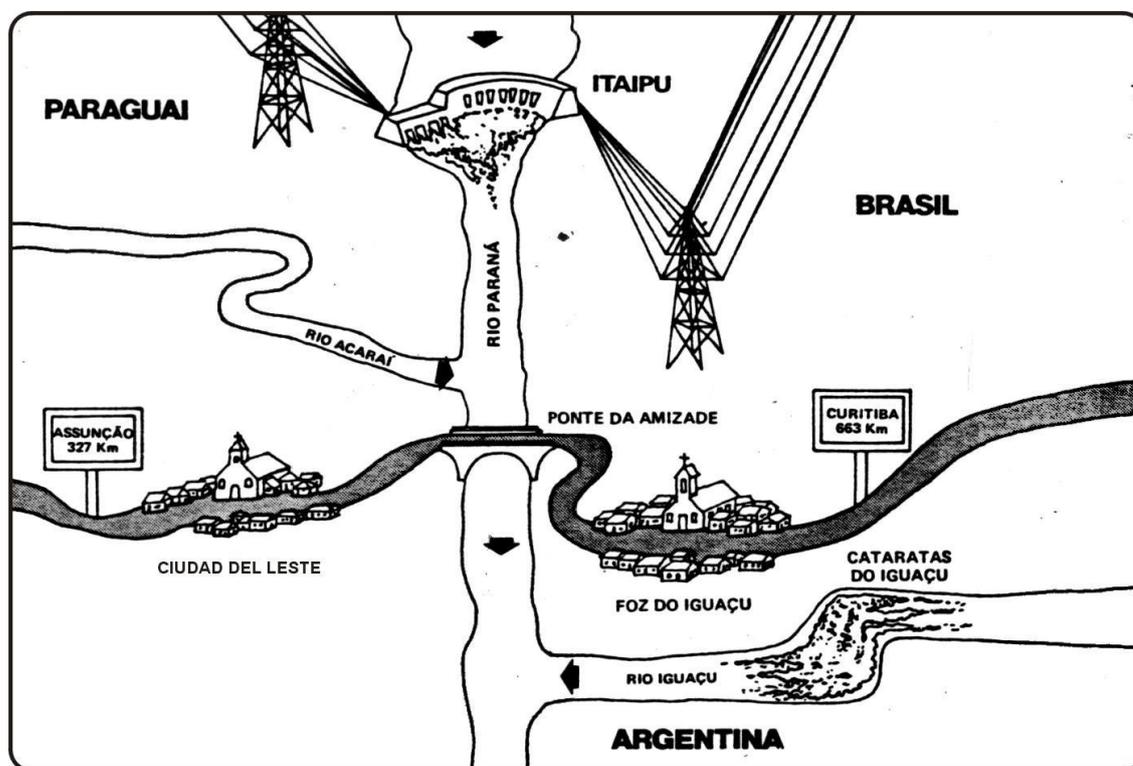
A partir desse momento de transição, combinado por períodos demarcados pela ideologia desenvolvimentista autoritária, guiada pela cápsula do Estado indutor e seus respectivos instrumentos legais é que começamos a investigar a empresa e seus atores principais no âmbito do domínio do processo decisório em nível político e econômico, sem esquecer das suas imbricações e conformações com a sociedade no plano estadual.

Itaipu e poder nas disputas e controles dos aparelhos de Estado

A relevância do estudo das instituições a partir da análise sociológica ganha reforço crucial quando o debate acerca do controle estratégico da energia e dos recursos naturais passa seguramente pela capacidade que as nações têm de garantir, através das instituições, os interesses da sociedade, mesmo que de forma desigual, no que tange à distribuição dos recursos e dos resultados do trabalho social. Tais políticas são decididas por indivíduos organizados em classes sociais, principalmente aquelas que controlam os principais dispositivos do poder político e econômico na sociedade.

Diante do contexto atual, a empresa Itaipu Binacional surge como uma das principais instituições responsáveis pela infraestrutura nacional, e o seu estudo, a partir da perspectiva sociológica dos atores envolvidos, é crucial para entendermos as possíveis relações existentes entre a história de vida dos indivíduos que assumem postos-chave na condução das políticas públicas das instituições e suas tomadas de decisões, assim como propicia estabelecer conexões entre os grupos que detêm o poder e os negócios privados via instituições públicas. Vejamos abaixo o enquadramento espacial da Itaipu Binacional.

Figura1 – Localização da Hidrelétrica de Itaipu



Fonte: Souza (2005, p. 19).

A maior usina hidrelétrica do mundo na época estava localizada estrategicamente no marco das três fronteiras praticamente e cercada da exuberância das belezas naturais do local; além de estar posicionada como um símbolo da realização entre dois países associados que a um século disputaram uma das batalhas mais sangrentas das Américas. Esse trabalho acadêmico procura recuperar uma análise que leva em consideração uma abordagem macroestruturante, institucional e da sociologia dos atores políticos e econômicos do período histórico. Trata-se de incorporar, à análise das instituições e suas políticas públicas, o instrumental sociológico, relacionando as biografias dos indivíduos e sua respectiva classe social, com seus comportamentos, ações e realizações no interior do aparelho de Estado. Isso principalmente quando a instituição se tornou uma das mais relevantes no que diz respeito à construção de políticas estratégicas de desenvolvimento, em tempos de disputas pelos espaços e fluxos de recursos naturais que percorrem geograficamente as entranhas das nações envolvidas pelos interesses em comum do Mercosul e das nações rivais.

A Empresa Itaipu Binacional deve ser investigada e analisada a partir de um contexto amplo de inter-relações, em que cabe a abordagem histórica, econômica, política e sociológica,

considerando a participação dos atores (gestores e políticos) no que diz respeito à conquista e ao domínio do aparelho estatal como célula de reprodução de mecanismos de controle e apropriação dos benefícios e privilégios. Determinados agrupamentos sociais detêm esses mecanismos de controle, benefícios e privilégios assim que são nomeados para assumirem cargos de envergadura na tecnocracia estatal, além de serem condutores do processo político quando posicionados em altas hierarquias estratégicas.

No Brasil, a ação social e econômica dos poderosos fundamenta-se em torno dos aparelhos de Estado, e para a defesa dos interesses próprios e, ao mesmo tempo, da classe dominante a que pertence ou pretende firmar-se como membro permanente. Inclui-se, é claro, a família, seus aliados políticos e parceiros estratégicos de sempre e de momento, tornando necessário, segundo a lógica desses atores, inserir-se direta e indiretamente nas instituições em quaisquer dos níveis e esferas de governo. Trata-se de assegurar a produção e reprodução do fluxo de capitais (econômico, político, cultural, informacional, entre outros) nas suas mais variadas formas, segundo Bourdieu (2003; 2008).

O caso de Itaipu reflete os interesses de uma determinada classe dirigente, abrangente, é verdade, que necessita colocar em funcionamento o processo de acumulação e reprodução de capital pela via da capacitação e aperfeiçoamento da infraestrutura econômica. Essas conformações de classe contemplam as mais variadas faces dessa classe dirigente, a começar pela *casta* burocrático-militar, os grupos nacionais privados, os conglomerados multinacionais e transnacionais, a elite tecnocrática e os políticos profissionais de todos os matizes.

Dessa forma, essa instituição nasceu como motor das bases de infraestrutura, e seu controle transnacional passou a ser gerido por indivíduos indicados pela classe a que pertencem, em particular, aqueles que se aproximam das ideias desenvolvimentistas do governo militar, mas com visão macroeconômica e política sistêmica. As nomeações dos indivíduos e suas atribuições alinham-se com a visão de mundo e as estratégias desse seleto grupo, e seus comportamentos e ações refletem o que se espera deles enquanto detentores de cargos e postos-chave na administração pública, seja no serviço público em geral (Secretarias, Ministérios, entre outros) ou nas instituições constitucionalmente estatais ou mistas, principalmente quando essas instituições são consideradas primordiais, como é o caso da Itaipu.

A transição para o processo democrático no Brasil, com a reconfiguração das elites políticas no primeiro momento, e a própria consolidação da democracia institucional em tempos de globalização, com demandas emergentes e mais complexas por parte da sociedade civil,

fizeram surgir novos atores na disputa política, além das elites tradicionais, travando uma disputa acirrada pelo controle dos aparelhos estatais.

Diante da imbricação entre novas e velhas ordens mundiais, os conflitos econômicos e políticos se intensificaram em torno da valorização dos ativos relacionados aos recursos naturais, colocando a Itaipu em outro patamar de relevância em termos geopolíticos estratégicos e de soberania nacional.

Portanto, conduzir ações e tomar decisões em uma empresa de renomada relevância passou a ser um privilégio para os gestores e políticos de alto escalão. De uma forma ou de outra, mesmo que os grupos no poder sejam diferenciados das elites tradicionais, os atores continuam sendo recrutados pela elite dirigente; logo, pertencendo a um determinado grupo dominante.

Essa classe pode ser tradicional como também advinda de um processo de aguçados conflitos até conseguir se estabilizar como pertencente a uma elite. Se existe uma coalizão de forças entre a elite tradicional e uma elite emergente, podemos questionar se direta ou indiretamente a classe dominante governa. Se a resposta oferece indicações de que sim, quem são os seus representantes?

A transição entre o regime militar e a democracia nas últimas décadas vem demonstrando que os atores envolvidos mudam, evidentemente, mas as suas ideias e realizações em torno da defesa dos seus interesses e de seus consortes permanece através de gerações de sucessores, independentemente dos partidos políticos à frente das mais diversas esferas de poder.

Políticos ou gestores considerados *outsiders* surgem e assumem postos nas instituições, mas certamente utilizam redes sociais interligadas, onde os mais variados interesses se colocam na busca e luta pelas suas demandas e espólios da sociedade civil (econômica e política), representada pelos privilégios e benesses que as instituições provêm àqueles que as controlam. Quem assume esses cargos, defende interesses através de ações e realizações ao longo de seu itinerário à frente das instituições, refletindo as conformações de classe a que pertencem ou pretendem almejar através do domínio dessas megaestruturas. Esse é o caso da Itaipu Binacional, quanto aos agentes políticos.

Desde a sua construção, a Itaipu binacional passou por uma enorme transformação no que diz respeito as suas atribuições, dinamismo e importância, como empresa estratégica que sempre foi desde o início. A Itaipu ainda se mantém como a maior hidrelétrica do mundo, e sua

principal função é gerar energia elétrica para Brasil e Paraguai. Ao mesmo tempo, nessas últimas quatro décadas desde sua inauguração, a Itaipu tornou-se uma instituição ainda mais relevante ao investir e financiar projetos envolvendo os mais variados interesses e segmentos da economia e da sociedade civil (FERRAZ, 1993).

Atualmente, a Itaipu acumula diversas ações de vulto, como a parceria com o governo federal na implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila); a criação do parque tecnológico, que tem como missão compreender e transformar a realidade da região trinacional de Foz do Iguaçu (Argentina, Brasil e Paraguai), articulando e fomentando ações voltadas ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico; a integração de um projeto que consiste no desenvolvimento e pesquisa de veículos movidos à energia elétrica, que aparentemente não emite poluentes e utiliza energia limpa; as pesquisas em energias renováveis, que têm como objetivo demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental do uso de outras fontes de energias renováveis; além de pesquisas em hidrogênio, programa *Água Boa* e demais projetos voltados à educação, além de outros tantos (OLIVEIRA, 2012).

O Brasil também mudou muito no sentido econômico, político e social desde os acordos ratificados na Bacia do Prata com o Paraguai, que permitiram iniciar a construção da usina de Itaipu. Contudo, o que salta aos olhos e intriga os pesquisadores das Ciências Sociais é que, apesar das mudanças e transformações, o Brasil mantém uma rede coesa de interesses que permite a uma determinada classe dominante a permanência e a reprodução do seu poder e privilégios.

Os partidos políticos aumentaram, a correlação de forças e sua representação ganhou novos atores na cena política, a economia cresceu e se desenvolveu com maior distribuição de renda, diminuição da pobreza, mais empregos e oportunidades de trabalho, tornando o país uma nação que conseguiu diminuir a desigualdade e alçar-se como potência emergente de considerável importância no cenário internacional. Apesar desses avanços, o Brasil continua sendo muito desigual, e o poder das suas elites permanece quase inalterado, haja vista as parcerias, os conluíus e conchavos políticos e suas relações simbióticas entre as elites tradicionais e os novos atores institucionais, mantendo fortes relações com os setores privados e seus interesses escusos.

Segundo Oliveira (2007, p. 152),

A riqueza e o poder no Brasil existem em função da conciliação entre interesses dominantes em termos de um processo político de longa duração, processo esse definido basicamente pela conciliação entre os poderosos. O que sempre intrigou vários autores

é a análise da continuidade das estruturas de poder ao longo de mudanças políticas na história do Brasil. Raimundo Faoro (1985), na obra “*Os Donos do poder*”, aponta as questões da continuidade e da grande adaptabilidade de atores e grupos políticos ao longo de diferentes conjunturas, fenômeno também comprovado por Paulo Mercadante (1965) em “*A Consciência Conservadora no Brasil*”.

As diversas conexões entre o campo político e econômico, através dos atores políticos e agentes econômicos, são representadas através de estruturas de poder amplas, em que cabem relações de parentesco, patronagem, relações ligadas à tecnoestrutura, que abarcam algumas comunidades de técnicos e profissionais das diversas áreas em que permeiam os negócios e muita negociação com os empresários, além de vários acertos e conciliações políticas ao longo da história, como já mencionamos.

Tais conexões servem para dar continuidade a esse processo as pessoas *certas* para conduzir os negócios de que precisam assumir os cargos-chave no poder e na administração pública para assegurar as conexões necessárias ao bom funcionamento das redes sociais, como forma de garantir os privilégios, as benesses que o poder político e econômico pode proporcionar à classe dirigente e aos demais parceiros.

A partir dessa abordagem, reforçamos a ideia de que, para relacionar as tomadas de decisões de determinadas instituições e seus vínculos com as demais demandas complexas da sociedade, caminhamos na direção de descobrir a história de vida (biografias) dos indivíduos que assumiram cargos relevantes à frente das instituições. Se executarmos essa tarefa com a devida apreciação, podemos fazer uma incursão metodológica na direção de traçar uma pretensa biografia coletiva dos indivíduos que assumiram cargos importantes na direção da Itaipu binacional como ferramenta importante de análise sociológica. Dessa forma, isso nos possibilitará compreender melhor as características comuns de um grupo de atores ao longo da história.

Antecedentes históricos e os processos constitutivos da Itaipu Binacional

Os alicerces jurídico-políticos que constituíram a usina hidrelétrica de Itaipu são inovadores desde antes da sua implantação. Acordos entre o Brasil e o Paraguai foram sendo produzidos, mesmo diante de questões controversas geopolíticas fronteiriças em torno da Bacia do Prata. As necessidades de construir estratégias de desenvolvimento a partir da infraestrutura energética e as influências da doutrina de segurança geopolítica-estratégia por parte dos Estados

Unidos, em plena disputa na guerra fria, impulsionaram acordos e tratados entre os dois países em meados dos anos de 1960.

O regime jurídico de direito internacional que consolida as bases legais para a construção e a administração da usina de Itaipu leva em consideração que os dois países, isto é, Brasil e Paraguai, são sócios em comum acordo de um empreendimento que permite a utilização dos recursos hídricos do rio Paraná, aproveitados para a geração de energia, representada pelas suas duas *holdings* do setor elétrico, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) e a Ande (Administración Nacional de Eletricidad). As duas empresas são brasileira e paraguaia, respectivamente, com absoluta igualdade de direitos e obrigações, juridicamente ratificados de forma inédita em nível mundial (ESPÓSITO NETO, 2012).

Em relação aos aspectos relevantes do Tratado de Itaipu, cabe ressaltar, de acordo com o Diário Oficial da União (1973, p. 8645):

Artigo XIII – A energia produzida pelo aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Artigo I será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição, na forma estabelecida no Artigo XIV, da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo.

Parágrafo único – As altas partes contratantes se comprometem a adquirir, conjunta ou separadamente, na forma que acordarem, o total de potência instalada.

Anexo C

.....
III – O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:
III.1 – O montante necessário para o pagamento, às partes que constituem a Itaipu, de rendimentos de doze por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado, de acordo.....

III.2 – O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.

III.3 – O montante necessário para pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.

III.4 – O montante necessário para o pagamento dos “royalties” que não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares....

III.5 – O montante necessário para o pagamento de encargos de administração e supervisão....

III.6 – O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.

III.7 – O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

III.8 – O montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente, por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante.....

.....
IV.1 – A receita anual, decorrente dos contratos de prestação dos serviços de eletricidade, deverá ser igual, em cada ano, ao custo do serviço estabelecido neste Anexo.

IV.2 – Este custo será distribuído proporcionalmente às potências contratadas pelas entidades supridas.

.....
V.2 – O valor dos rendimentos sobre capital, dos “royalties” do ressarcimento dos encargos e da remuneração mencionados respectivamente, em III.1, III.4, III.5 e III.8,

anteriores, será mantido constante de acordo com o estabelecido no parágrafo 4º do Artigo XV do Tratado.

VI – Revisão

As disposições do presente Anexo serão revistas, após o decurso de um prazo de cinquenta anos a partir da entrada em vigor do Tratado, tendo em conta, entre outros aspectos, o grau de amortização das dívidas contraídas pela Itaipu para a construção do aproveitamento e a relação entre as potências contratadas pelas entidades de ambos os países.

Algumas observações são importantes, no que diz respeito ao Anexo C do Tratado de Itaipu e aos valores originais das remunerações e ressarcimentos ao Brasil e do Paraguai. Esses valores devem ser atualizados pelos índices inflacionários americanos e seus ajustes reais devem levar em consideração o custo das obras e o da energia produzida.

Segundo Notas do Relatório Anual de 2007 da Itaipu Binacional,

De acordo com o item III do anexo “C” do Tratado e com as Notas Reversais números 03 e 04 de 28 de janeiro de 1986 e 10 de 13 de novembro de 2000, trocadas entre os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai, o Custo do Serviço de eletricidade é composto pelos seguintes itens:

Remuneração e Ressarcimento às Altas Partes Contratantes e Partes Contratantes que Constituem a ITAIPU BINACIONAL, a saber:

Rendimentos de Capital – Calculados no equivalente a doze por cento ao ano sobre a participação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e da Administración Nacional de Eletricidad – ANDE no capital integralizado. A partir de janeiro de 2001 passaram a ser atualizados de acordo com a Nota Reversal número 10, de 13 de novembro de 2000.

Royalties – Calculados no equivalente de 650 dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na Central Elétrica, não devendo ser inferiores a 18 milhões de dólares por ano, à razão da metade para cada alta Parte Contratante.

Ressarcimento de encargos de Administração e Supervisão – Calculados no equivalente de 50 dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora gerado e medido na Central, devido em partes iguais a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e a Administración Nacional de Eletricidad – ANDE.

Além dos Ressarcimentos e Remunerações acima que fazem parte do custo da tarifa de Itaipu, divididos em parcelas iguais entre Paraguai e Brasil, a remuneração adicional paga, em dólares equivalentes, exclusivamente pelo Brasil ao Paraguai, pela cessão de parte de sua energia, também é revisada periodicamente pelos índices ajustados da inflação americana (Notas do Relatório) a saber:

Remuneração por Cessão de Energia – Calculada no equivalente a 300 dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora cedido, à outra Alta Parte Contratante. As Notas Reversais de números 03 e 04, ambas de 28 de janeiro de 1986, trocadas entre os Ministérios das Relações Exteriores do BRASIL e do PARAGUAI, estabelecem que o montante correspondente à compensação será incluído exclusivamente na tarifa a ser paga pela Parte que consuma energia elétrica (ITAIPU BINACIONAL, 2007, p. 12-15).

De acordo com as disposições do Tratado de Itaipu, a Eletrobrás e a Ande são empresas fundamentais no que tange ao alicerce das questões que envolvem os aspectos econômico-financeiros, tratando-se em particular dos rendimentos de capital, royalties e dos ressarcimentos sobre os encargos de administração e supervisão dos custos de energia da Itaipu Binacional.

Essas complexas e intrincadas fórmulas de cálculo do custo e repasse dos valores da energia elétrica, entre as diversas empresas que participam da produção e da distribuição da energia elétrica no Brasil, em especial tratando-se da Itaipu, obscurecem, em parte, os mais variados interesses dos diversos grupos que lutam pelo controle dessas instituições, que são fundamentais no que diz respeito à acumulação de capital por parte de grupos hegemônicos dentro e fora das organizações estatais ou mistas.

A usina de Itaipu não é apenas uma instituição ou megacorporação de hidreletricidade, mas principalmente um aparelho estatal de controle e poder de um recurso energético crucial para o desenvolvimento econômico-social, além de uma instituição-chave que permite às elites políticas e à classe dominante avançarem na direção de ganhos e privilégios no seio do extrativismo estatal.

Sendo assim, participar dos projetos de engenharia, tecnologia e tantos outros tornou-se um espaço reduzido de poder e influência de uma elite pública e privada, que orbita um processo de construção do desenvolvimento da infraestrutura brasileira desde antes da assinatura do próprio Tratado de Itaipu.

Segundo Miranda (2008, p. 3),

Para quem não entende muito de eletricidade, dizer que a Usina de Itaipu tem a potência instalada de 12,6 milhões de quilowatts, com 18 unidades geradoras de 700 mil kw cada, e que em 1997 produziu 89,2 bilhões de quilowatts-hora, vai ficar espantado com a grandeza dos números, mas não terá muita noção do que isto significa.

Porém, começará a compreender o gigantismo da maior usina do mundo se souber que Itaipu é responsável por 25% do consumo brasileiro de energia elétrica e 89% do consumo no Paraguai que, como sócio igualitário, não consumindo toda a sua quota, ainda exporta a sobra para o Brasil, reciclada por Furnas, para atender às nossas necessidades.

Apenas com fins comparativos, podemos ainda constatar que a energia gerada por Itaipu equivale a 30 (trinta) anos do consumo de Curitiba, 3 (três) anos do Rio de Janeiro ou, ainda 41% do gasto de toda a Itália. Para ainda melhor aquilatarmos sua magnitude, podemos dizer que sua potência instalada é igual à soma da maior usina dos Estados Unidos (Grand Coulee) e da Rússia (Sayano Shusheenskaya), e que o cimento usado em sua construção daria para levantar 210 (duzentos e dez) Maracanãs. Se não bastassem os números, a importância desta obra é tão considerada pelos técnicos que a Popular Mechanics classificou Itaipu como uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, junto com o Eurotúnel, o Controle das Marés na Holanda, o Empire State, a Torre da Canadian National, a Golden Gate e o Canal do Panamá. Em grandiosidade, o Lago de Itaipu não fica atrás, com um volume d'água seis vezes o da Baía da Guanabara, é, junto com a Muralha da China, uma das obras do homem que pode ser vista da lua.

Os estudos de viabilidade da obra faraônica passaram a ser organizados a partir de um processo de licitação, cujos vencedores se organizaram em conjunto para elaborar as estratégias

em torno da disputa da própria licitação e da empreitada que implementaria as pesquisas. Isso culminaria na produção de um laudo completo, que permitisse a construção da maior usina hidrelétrica do mundo até os dias atuais (FERRAZ, 1993).

No ano de 1970, a estratégia que venceu a disputa internacional para levar a cabo os estudos de viabilidade passou a implementar o processo de investigação sobre as condições necessárias para garantir o empreendimento. Essa licitação foi vencida pelo consórcio ítalo-americano administrado pela IECO e ELC, empresas americana e italiana respectivamente, e que iniciaram seus trabalhos no ano seguinte, 1971.

Como resultado desse trabalho, em abril de 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai, e a entidade binacional foi criada em maio de 1974. A partir de então, foi dada a largada para os preparativos na direção da construção da usina, que iniciou efetivamente seus trabalhos logo no início de 1975 (FERRAZ, 1993).

Para segundo Miranda (2008, p. 4),

Um grande marco na construção de Itaipu, em 14 de outubro de 1978, foi a abertura do canal de desvio do Rio Paraná, que permitiu secar o leito original para a construção no local da barragem principal, em concreto. Outro marco importante, na área diplomática, foi a assinatura do acordo tripartite pelo Brasil, Paraguai e Argentina, em 19 de outubro de 1979, para aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do Rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata. Este acordo estabeleceu os níveis do rio e as variações permitidas para os diferentes empreendimentos hidrelétricos na bacia comum aos três países. Com a conclusão das obras da barragem, as comportas do canal de desvio foram fechadas, em 13 de outubro de 1982, dando início a formação do Reservatório de Itaipu. O reservatório, um dos maiores do país, com área de apenas 1.350 Km², foi formado em 14 dias, tendo as águas subido 100 metros e chegado às comportas do vertedouro às 10 horas do dia 27 de outubro de 1982.

Todo o processo de constituição dos alicerces, antecedentes à própria construção de Itaipu e seus empreendimentos, primeiramente de energia e mais tarde em outras áreas de infraestrutura, tecnológicas, ambientais e sociais, foram sendo implementadas, a princípio, a partir de uma dinâmica macro estruturante, inserida no contexto do ciclo desenvolvimentista burocrático-militar dos anos de 1970. Na sequência, foi realizada pelos próprios condicionantes e dinamismos que o setor de energia suscitava em torno dos avanços científicos e tecnológicos que a própria matriz energética implicitamente exigia.

Outro fator importante a considerar, além do projeto desenvolvimentista em curso a partir do PND 1 e 2 (Planos Nacionais de Desenvolvimento), implementados pela ditadura civil-militar, além das necessidades de infraestrutura energética, é a questão que envolve a ocupação dos espaços geopolítico-estratégicos em tempos de Guerra Fria, e ao mesmo tempo, de

exaltação do nacionalismo. Esse processo deve ser compreendido, concomitantemente, como uma ação estatal, não apenas ampliar para os espaços geopolíticos, também para criar as condições necessárias para construir e aprimorar um parque de sinergias infraestruturais no conjunto que envolve transportes, comunicação e energia, já que as demandas geradas pelo processo de industrialização impuseram essas condições.

Nesse sentido, Souza (2011, p. 144) pontua que

O investimento no setor energético brasileiro foi consequência de demandas criadas pelo processo de industrialização, assim como pela escassez de reservatórios existentes. A construção da Hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do mundo, iniciou no período em que o Brasil vivia um padrão de ocupação territorial no qual o Estado e os grandes projetos de investimentos tiveram grande visibilidade. A década de 1970 foi caracterizada por vultosos investimentos, aplicados na extração de recursos naturais e em infraestrutura energética, de transporte e comunicação. Para Piquet (1998), o Brasil destacou-se como um dos países do Terceiro Mundo que individualmente mais aplicou nesse tipo de empreendimento, através dos quais foi promovida uma autêntica mutação da economia brasileira. A produção do espaço, produto da ação direta do Estado, como a inundação de áreas para geração de energia elétrica, concretiza a produção espacial e promove atividades econômicas diversas das predominantes antes das transformações promovidas pelo Estado, às custas, como afirma Andrade & Andrade (2003), de grandes impactos ambientais e de grandes arbitrariedades. A forte presença do Estado como regulador da economia e como produtor do espaço, especialmente no início da construção da hidrelétrica, foi a razão explicativa para definir, estrategicamente, a sua localização. O Estado, na economia brasileira, sempre teve papel significativo e expressivo como produtor de espaço, sobretudo nos últimos quarenta anos, por múltiplos instrumentos e visando à valorização do capital.

O setor de produção de insumos básicos e de bens de capital demandava energia para impulsionar o processo produtivo industrial no Brasil, em pleno crescimento econômico pujante da década de 1970. O capital econômico necessário para empreendimentos de grande monta veio de vultuosos empréstimos internacionais e do planejamento estratégico impulsionados pelos PND 1 (1969-74) e PND 2 (1974-79) do regime burocrático civil-militar.

A construção da Itaipu como motor e símbolo de um modelo de infraestrutura, energética alinhado à política do desenvolvimentismo civil-militar, mobilizou e impulsionou uma gama enorme de recursos na direção de diversos outros empreendimentos. Uma avassaladora mobilidade de capital, necessária a promover os investimentos em setores de infraestrutura estratégicos, foi realizada com objetivo de desenvolver a estrutura produtiva do país, já que o setor privado não tinha condições de fazê-lo. Também, devido à montagem do parque tecnológico-industrial e de logística fundamental na manutenção e expansão das demandas do desenvolvimento, empresas como a Petrobrás, a Embratel, a Telebrás e todas as empreiteiras de estradas tiveram e participaram de investimentos e obras que dessem conta da

infraestrutura necessária para as bases do desenvolvimentismo, e certamente, a Itaipu tornou-se o modelo da ambição do Estado indutor brasileiro.

Implementação e contexto da construção da Itaipu Binacional sob o comando do primeiro diretor presidente, Jose Costa Cavalcanti (1974-1985)

Desde antes do seu início enquanto obra faraônica a ser construída, a Itaipu contava com a participação das suas elites políticas na direção, e certamente, durante o regime autoritário, a *casta* militar-burocrática dominou a cena política e o controle dos aparelhos estatais.

O nome do militar de carreira José Costa Cavalcanti surgiu como alguém de confiança do regime autoritário para assumir postos-chave na administração pública, antes mesmo do golpe civil-militar de 1964. Foi eloquente opositor do governo democrático de João Goulart (Jango) e ativo colaborador da conspiração que conduziu à deposição do então presidente, além de ser considerado um militar da chamada *linha dura* do regime, já que discordava das posições brandas do general Castelo Branco, primeiro presidente militar a partir de abril de 1964.

Iniciou a carreira na Escola Militar do Realengo, em 1935, morou nos Estados Unidos entre 1950 e 1951, e fez um curso avançado na *Infantry School* em Fort Benning, Geórgia. Promovido a tenente-coronel em 1959, foi nomeado Secretário de Segurança Pública de Pernambuco por influência do então Ministro da Guerra, Henrique Lott. Filiou-se à UDN e foi eleito deputado federal em 1962. (ENTREVISTA, 1982).

Ainda durante a gestão Castelo Branco, contribui com a organização do próximo sucessor militar-presidente, sendo o articulador da candidatura presidencial de Costa e Silva. Já político profissional, foi reeleito deputado federal pela ARENA em 1966, e licenciou-se do mandato ao ser nomeado Ministro das Minas e Energia pelo presidente Costa e Silva, em 15 de março de 1967, permanecendo à frente do cargo até 27 de janeiro de 1969, quando foi repositado no Ministério do Interior.

Como forte ministro de Estado, foi um dos participantes, em 13 de dezembro de 1968, da 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, que aprovou unanimemente a vigência do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), marco do endurecimento da ditadura militar brasileira. Com o afastamento do presidente da República por questões de saúde e a ascensão de uma junta militar, em 31 de agosto de 1969, foi mantido no ministério e lá permaneceu ainda durante todo o governo Emílio Garrastazu Médici. (ENTREVISTA, 1982).

Nesse caso, percebe-se que os indivíduos estão bem-posicionados em postos-chave da

administração pública, seja nos ministérios, secretarias, conselhos e empresas estatais ou mistas, e conectados a fortes laços de pertencimento a uma *casta* burocrático-militar de carreira, também com vinculações a uma ideologia política representada pela aderência político-institucional do governo, no caso, pela via do parlamento, através da Aliança Renovadora Nacional – ARENA.

Além disso, percebe-se o capital cultural acumulado (Formação Acadêmica Militar no exterior) e, ao mesmo tempo, inserido no *campo* militar. Isso possibilitou que Costa Cavalcanti galgasse posições privilegiadas ao longo da sua trajetória política.

Foi dessa maneira que Costa Cavalcanti tornou-se um dos militares de carreira política mais bem posicionados em termos de influência durante o regime militar, tanto que permaneceu como diretor geral da Itaipu desde a vigência do Tratado da Usina (1974) e, ainda, acumulou outro cargo na gestão do presidente Figueiredo, como presidente das Centrais Elétricas Brasileiras em 1980 (Eletrobrás), perdurando no poder estatal até o final do regime, na transição do presidente João Batista Figueiredo para o de Tancredo de Almeida Neves – José Sarney (1985). Nesse período, foi substituído como o principal gestor da Itaipu também por um ex-militar e político de carreira do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga (OLIVEIRA, 2012).

A gestão de José Costa Cavalcanti à frente da usina foi marcante porque demarcou territórios em torno da região fronteiriça e possibilitou a garantia do início das obras da usina. Teve participação direta nas questões referentes às desapropriações das áreas que seriam alagadas pelo Lago de Itaipu, e determinou a região onde seriam construídos os conjuntos habitacionais dos operários da hidrelétrica. Costa Cavalcanti passou por momentos conturbados desde o início da sua gestão, e causou muitos problemas aos trabalhadores e colonos da região (FERRAZ, 1993).

Durante o processo que culminou com as desapropriações de terras, chegou a ordenar o uso de armas contra os índios e agricultores que resistiam à ação da força física do governo. Tudo isso sem contar as denúncias de corrupção em obras que consumiram milhões de dólares ao governo. Uma delas diz respeito à morte do ex-embaixador brasileiro, José Jobim, assassinado no final do mês de março de 1979, logo após o início da gestão presidencial de João Figueiredo. O documentário *Itaipu, a quem interessa e escuridão?* (ALIANÇA REVOLUCIONÁRIA PROLETÁRIA JOVEM - ARPJ, 2015) fornece mais informações sobre o possível assassinato do embaixador.

O Instituto João Goulart encaminhou no final de novembro denúncia ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro sobre a suspeita de que o embaixador José Jobim foi assassinado por agentes da ditadura militar em março de 1979. Poucos meses antes de sua morte, o embaixador declarou para políticos em Brasília que escrevia suas memórias em que denunciaria o esquema de corrupção na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. José Jobim foi sequestrado em frente à sua casa em 22 de março de 1979. Dois dias depois, seu corpo foi encontrado no bairro do Cosme Velho, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo a investigação do delegado Rui Dourado, Jobim se enforcou com uma corda. A hipótese é refutada pela filha do embaixador, a advogada Lygia Jobim, que busca a verdade sobre a morte do pai há 35 anos (DOCUMENTOS REVELADOS, 2014, p. 1).

O ex-diplomata, que teve atuação importante na gestão João Goulart, principalmente nas negociações entre o Brasil e o Paraguai no que tange à aquisição de turbinas de geração de energia russas, tinha longa experiência na carreira diplomática, atuando em diversos países, como Colômbia, Argélia e Vaticano. Ele foi sequestrado no dia 22 de março de 1979, meses após declarar a alguns deputados em Brasília que escreveria as suas memórias, e que no seu conteúdo descreveria o esquema de corrupção na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

A morte de Jobim foi considerada suspeita, já que o seu laudo indicava que ele havia se enforcado com uma corda, segundo as investigações preliminares. Em 1983, o então governador Leonel Brizola pressionou a abertura de novas investigações sobre o caso. Na sequência dos trabalhos da perícia, as conclusões foram de que o ex-embaixador havia sido morto por autor desconhecido e o caso foi arquivado em 1985 (ALIANÇA REVOLUCIONÁRIA PROLETÁRIA JOVEM – ARPJ, 2015).

Segundo o portal *Documentos Revelados* (2014, p. 1),

Por pressão do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, as investigações sobre a morte de José Jobim foram reabertas em 1983. A promotora Telma Musse Diuana foi designada para cuidar do caso e solicitou novas investigações à polícia, baseando-se na “dubiedade do laudo que concluiu pelo suicídio”. Um inquérito foi finalmente instaurado, o qual considerou os fatores da morte do embaixador “todos incompatíveis com a hipótese adotada pelos legistas oficiais”. O processo acabou arquivado em 1985, sendo a morte de Jobim qualificada de “homicídio por autor desconhecido”.

Lígia Jobim, em depoimento publicado no portal *Documentos Revelados* (2014, p. 1), informa que

1979-2014 – Foram necessários 35 anos para que meu pai – JOSÉ JOBIM – tivesse sua dignidade de volta. Foi encontrado morto, pendurado numa árvore, seu corpo marcado por sevícias e suas roupas sujas de sangue. Foi interrogado sob tortura para dizer quem lhe passava as informações, que estava prestes a divulgar, sobre a corrupção em Itaipu. Devem ter achado que sua morte o tornava – e a nós – em vencidos. Não perceberam que vencidos foram eles que perderam a condição de seres humanos ao se deixarem dominar pela bestialidade. Lamento por seus filhos... De cachorro morto em beira de

estrada a vítima da sórdida e boçal ditadura militar que dominou o país por 21 anos, o caminho foi longo. Não quero, nem posso não agradecer àqueles cujo apoio foi de imensa importância para mim na fase final de mais uma etapa, e que não será a última. Acreditem que cada curtida foi um abraço, cada compartilhamento a certeza de que esse alguém não quer que o país viva novamente o arbítrio. Muitas vezes me perguntam por que tanta tenacidade. A resposta é simples: meu pai, como os Aézios, Amarildos e o Brasil merecem respeito. Nos últimos meses o incentivo maior foi o apoio de meus filhos e seus amigos. O apoio dessa juventude reforçou em mim a convicção de que minha esperança num futuro mais digno possa se concretizar. Meninos, quero que saibam que parte do que fiz foi por vocês. E também pelas Marinas, Henriques, Marias e Lucas, Tomás, Júlias, Pedros, e Ericas, sem faltar minha Isabel Liz e Dom Alba. A lista de agradecimentos seria infindável, mas não posso deixar de destacar a CNV, na pessoa do Ministro Antonio Mesple, o Instituto João Goulart, nas pessoas de João Vicente e Verônica. À Carolina Cooper uma obrigada especial, pois muito vem fazendo por generosidade e iniciativa própria. A cada um dos que acreditaram, um grande abraço, com a certeza de que passarão esta história adiante, para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Indícios de corrupção envolvendo tratados energéticos entre Brasil e Paraguai já existiam desde o início da vigência do regime militar, principalmente a partir do cancelamento entre o consórcio brasileiro e paraguaio que construiria obras no projeto *Sete Quedas*, arquitetado entre o governo brasileiro e paraguaio antes do golpe e que, para a empreitada de engenharia, estabeleceriam uma parceria com os russos.

Segundo Pereira (1981, p. 59),

Pelos cálculos do escritório Marcondes Ferraz, feitos em moeda forte, para fugir à desvalorização do cruzeiro, o custo da obra de Sete Quedas será mais ou menos de US\$ 1 bilhão. Os russos acreditam que poderão fazer a obra mais barata e além de projetá-la, se oferecem também para construí-la, mediante financiamento a longo prazo, como parte substancial do pagamento em mercadorias brasileiras. A energia será oferecida também aos governos da Argentina e do Paraguai.

As negociações com os russos foram canceladas a partir do regime militar, quando o projeto *Sete Quedas*, de João Goulart, passou a adotar equipamentos da empresa multinacional Siemens. O projeto inicial tinha sido orçado em 1,3 bilhão de dólares, e a partir do contrato com a Siemens, passou a custar dez vezes mais, isto é, 13 bilhões de dólares.

O período de Costa Cavalcanti frente à usina foi marcado por constantes denúncias de afronta aos direitos humanos. Na época, vários operários denunciaram que a usina era um verdadeiro campo de concentração, com maus tratos aos trabalhadores, ações truculentas e horripilantes. Era comum o operário trabalhar doze horas por dia e ainda ser despedido sem justa causa.

Considerações finais

A construção da maior usina hidrelétrica no mundo, à época, foi um empreendimento de concertação geopolítico estratégico da ditadura civil-militar, envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina, sobretudo os dois primeiros na parceria binacional com a Itaipu, como uma maneira de impulsionar projetos de desenvolvimento nacional através da criação e do aperfeiçoamento da infraestrutura.

A energia elétrica, nuclear, os combustíveis e demais projetos de pesquisa e obras de infraestrutura orbitavam o Plano Nacional de Desenvolvimento, iniciado pelo general presidente Médici entre o final da década de 1960 e início de 70, e continuado pelo general Ernesto Geisel, em 1974, já no início do seu mandato presidencial. Os chamados PND I e II impulsionaram um salto de crescimento econômico no período e materializou-se extraordinário, assim como algumas das obras faraônicas dessas gestões, sem falar daquelas inacabadas até hoje, como o projeto completo das usinas atômicas de Angra.

Um crescimento acima de dois dígitos permitiu a continuidade do processo de industrialização do país, ao mesmo tempo em que concentrava renda e riqueza para as mãos dos capitalistas e do imperialismo, enquanto a população continuava crescentemente mais pobre. As políticas do PND I e II (Plano Nacional de Desenvolvimento) permitiram um arranjo desigual entre crescimento econômico e desenvolvimento industrial com pobreza e desigualdade, já no período das cidades embrionariamente inchadas devido ao êxodo rural. No momento que a população urbana ultrapassava a rural no país, a favelização da periferia tornava-se cada vez mais visível, e saltava aos olhos a política de concentração de renda e riqueza.

No bojo dessas profundas contradições, o país iniciou a fase da construção da Itaipu Binacional quase dez anos após a etapa das trocas de memorandos que possibilitaram o avanço dos acordos para viabilizar o empreendimento entre os dois países, que datam de 1966. Foi durante os primeiros acordos do então presidente Ernesto Geisel, em 1974, que os trabalhos puderam começar a ser implementados. A gestão do general *linha dura* Cavalcanti, na diretoria presidência da Itaipu, foi marcada por vários indícios de corrupção, e inclusive de assassinato do ex-diplomata Jobim, relatado em documentos oficiais do governo brasileiro.

Os atores políticos da ditadura penetraram diversas instituições estratégicas do Estado

brasileiro, e permitiram que os interesses e benefícios da classe dominante nacional, em conluio com o imperialismo, avançassem muito nesse período. Isso era o contrário do senso comum, de que os militares brasileiros do alto escalão não foram favorecidos também nesse período, assim como todos aqueles parceiros da coalisão golpista desde 1964.

O artigo ainda procurou trazer a expropriação das terras de índios e pequenos agricultores das áreas que deveriam ser utilizadas para que o lago de Itaipu fosse constituído, além da gama de políticas administrativas autoritárias em torno da construção do projeto da barragem.

A obra extraordinária conduzida por milhares de trabalhadores brasileiros, paraguaios e alguns de outras nacionalidades permitiu ao Brasil dar um salto importante na sua infraestrutura, ao mesmo tempo em que encobriu corrupções, crimes e avanço dos interesses de grupos dominantes sobrepujando-se aos interesses do povo que, historicamente, sempre deu seu sangue pela nação brasileira.

Referências

ALIANÇA REVOLUCIONÁRIA PROLETÁRIA JOVEM – ARPJ. **Itaipu, a quem interessa a escuridão?** 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FbHeEmDrdvY>. Acesso em: 05 dez. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: a crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: RS: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v.6, 2003.

BRASIL-PARAGUAY. **Tratado de Itaipu**. Brasília, 26 abr. 1973.
Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/Tratadoitaipu_Esp.pdf.
Acesso em: ?

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – DOU. **Edição de 30 de agosto de 1973**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3146159/pg-74-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-08-1973>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DOCUMENTOS REVELADOS. Corrupção na construção da Usina de Itaipu pode ter motivado a morte do embaixador José Jobim. **Revista Eletrônica**, 2014. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/geral/corruptao-na-construcao-da-usina-de-itaipu-pode-ter-motivado-a-morte-do-embaixador-jose-jobim/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ENTREVISTA. Disponível em **Isto É**, ed. de 13 de outubro de 1982. São Paulo, Caminho Editorial.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder**. 322F. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERRAZ, Octavio Marcondes. **Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da engenharia nacional**. Depoimento/Centro da Memória da Eletricidade no Brasil: coordenação Renato Feliciano Dias. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.

ITAIPU BINACIONAL. Diretoria Executiva da Itaipu Binacional. **Natureza Jurídica da Itaipu Binacional**. Curitiba: Itaipu Binacional; Diretoria Jurídica, Relatório Anual 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 150- 169, jun/dez 2007.

OLIVEIRA, Artur. A outra história de Itaipu. **Revista Interesse Nacional**, Ano 5, n. 17, p. 64-74, maio 2012. Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/site/wpcontent/uploads/2013/06/revista-interesse-nacional-edicao-17.pdf>. Acesso em: 06 out.. 2023.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. **A sociedade estatal e a tecnocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, Nilson Araújo. **A longa agonia da dependência**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2005.

Recebido em: 19 set. 2023.

Aceito em: 11 out. 2023.